Enunciação e sintoma de linguagem: por um estudo sobre a construção da co-referência em casos de retardo de linguagem

Tanara Zingano Kuhn

RESUMO: *The studies about pathology of language, in Brazil, have been proved to be quite varied in terms of different linguistics approaches given to the subject. However, it is still very rare to see discussions about this issue from a Teorie de l'énonciation (BENVENISTE, 1989; 2005) point of view. Thus, this paper intends to present analysis of cases of language retard in the light of benvenistian theory, in order to illustrate the possibility of relation between this one and the studies about pathology of language. Once symptom is seen as a questioning, we believe that the interlocation between these two areas may contribute, on one side, to linguistics, since it provides reflections about the way language works, and, on the other side, to language clinic, because it collaborates to the elaboration of a hypothesis about the language work to each subject through the analysis of facts of symptomatic language.*

PALAVRAS-CHAVE: *Enunciação; Co-referência; Patologia de linguagem; Retardo de linguagem; Sintoma de linguagem.*

1. INTRODUÇÃO

Os estudos acerca da patologia de linguagem, no Brasil, têm se mostrado bastante variados no que diz respeito às diferentes abordagens linguísticas dadas ao assunto. Contudo, é ainda bastante raro encontrarmos discussões acerca deste tópico sob o viés da Teoria da Enunciação (cf. BENVENISTE,

Tanara Zingano Kuhn é aluna do PPG-Letras (Estudos da Linguagem) da UFRGS.

1989; 2005). Este trabalho, portanto, busca apresentar análises¹ de casos de retardo de linguagem à luz da teoria benvenistiana, a fim de ilustrar a possibilidade de relação entre esta e os estudos sobre patologia de linguagem². Especificamente, procuramos verificar como se dá a construção da co-referência em diálogos entre terapeuta e paciente e terapeuta, familiar e paciente. Tendo em vista o *sintoma*³ como interrogante, acreditamos que a interlocução entre essas duas áreas possa contribuir, de um lado, à lingüística, ao proporcionar reflexões acerca do funcionamento da linguagem, e de outro, à clínica de linguagem, ao colaborar, através de análises de *atos*⁴ de fala sintomática, com a elaboração de uma hipótese sobre o funcionamento da linguagem⁵ para cada sujeito.

¹ “Não se trata de fazer análise enunciativa *stricto sensu*, nem análise fonoaudiológica. Importa, na verdade, contribuir para a fundação de um lugar epistemológico a partir do qual é possível olhar o sintoma de linguagem. Este lugar epistemológico não é o produto da soma entre a fonoaudiologia e a lingüística, mas é um vasto campo de implicação mútua que possibilita a ambas novas configurações discursivas sobre o conhecimento da linguagem. Assim, não se pode fazer a mera aplicação da lingüística a dados oriundos da fonoaudiologia.” (FLORES, SURREAUX, KUHN, 2005, p. 110-111)

² O termo *patologia de linguagem* refere-se, neste trabalho, à concepção comumente adotada de *distúrbios de linguagem*, especificamente no que diz respeito à clínica fonoaudiológica; isto é, não aporta a discussão acerca do *sintoma de linguagem* como abaixo explicitado.

³ O termo *sintoma* é adotado para designar a concepção que temos de fala “desviante”, marcando um afastamento da noção de *patologia* comumente utilizada na abordagem da fala no âmbito clínico. Com esse termo, esperamos evitar que as falhas identificáveis na fala sintomática sejam resumidas a traços restritos a um quadro geral e atrelados a uma doença específica. Assim, “prefere-se, aqui, a palavra *sintoma*, numa acepção inspirada pela psicanálise lacaniana, que tem a particularidade de não assinalar um significado generalizável. Nessa acepção, o *sintoma* está articulado ao sujeito que enuncia, portanto, revelador não de uma doença, mas de uma posição que o sujeito ocupa na sua própria fala”. (FLORES, no prelo) Tendo em vista que este trabalho define-se por uma especificidade lingüística e não clínica, a noção de *sintoma* doravante empregada diz respeito aos aspectos lingüísticos mobilizados para sua conceitualização, especificamente, concernentes à teoria da enunciação. Em outras palavras, o termo *sintoma* é tomado, aqui, como *possibilidade de enunciação*. Cabe ainda explicar o fato de *desviante* estar entre aspas. Parece comum a consideração de que a patologia de linguagem é marcada pela fala desviante. Porém, se olharmos para essa manifestação lingüística com as “lentes” da enunciação, ou seja, como ato único e irrepetível, não caberia o qualificativo *desviante*, uma vez que não há um padrão pré-determinado do qual a descrição da fala sintomática possa “desviar”.

⁴ Utilizo o termo *atos de linguagem* e não *dados* para evidenciar que há um recorte enunciativo no momento da coleta (cf. SURREAUX, 2006). Mais detalhes serão apresentados na seção sobre metodologia.

⁵ Essa hipótese foi desenvolvida por uma fonoaudióloga a fim de evidenciar que não é possível, em clínica de linguagem, falar do funcionamento da linguagem de um paciente senão a partir da dúvida: “seu uso indica apenas que, em *clínica de linguagem*, falar sobre funcionamento da linguagem para o sujeito é lidar com a possibilidade de organização desse funcionamento num

2. JUSTIFICATIVA

A aproximação da lingüística aos distúrbios de linguagem não é algo novo. Já Roman Jakobson era intrigado por tal tema nos anos 40 do século passado, época em que lançou seu primeiro trabalho acerca das afasias⁶ e no qual buscou relacionar a fala em desenvolvimento (fala infantil), a fala em dissolução (da afasia) e as línguas do mundo, ressaltando que tal empreendimento ainda não havia sido feito e que cabia à lingüística estudar a linguagem em todos seus aspectos. Anos mais tarde, em “Afasia como um problema lingüístico” (1955/1970), mais uma vez ressaltou a importância desta relação tanto para a lingüística como para os estudos referentes à patologia de linguagem. Dizia ele: “A aplicação de critérios puramente lingüísticos na interpretação e classificação de fatos afásicos pode contribuir substancialmente para a ciência da linguagem e dos distúrbios da linguagem.” (JAKOBSON, 1955/1970, p. 46)

A reivindicação de Jakobson quanto a uma lingüística que se preocupe também com os distúrbios de linguagem ecoa nas vozes de muitos pesquisadores brasileiros de diferentes áreas até os dias de hoje. Assim o faz Lier de Vito (2001, p. 247), que afirma que “a lingüística não toma para si a tarefa de estudar a ‘linguagem patológica’, isto é, a polaridade normal/patológico não faz parte do programa científico da lingüística”. A autora integra o conjunto de investigadores que defendem a necessidade da articulação lingüística e patologia de linguagem de forma imbricada, em que uma área questiona à outra e assim constroem um conhecimento acerca dessa implicação. Arantes (1997) reitera tal ponto de vista: “não se pode desprezar (...) o diálogo com a Lingüística, já que ela é, por excelência, a ciência da linguagem. Lingüística e Fonoaudiologia compartilham o mesmo objeto” (p. 29).

... dado momento” (SURREAUX, 2006: p. 12). Uma vez que o sintoma de linguagem é tomado, neste trabalho, como o interrogante comum à clínica e à lingüística, é possível, a partir de reflexões lingüísticas acerca dele, contribuir para elaboração de tal hipótese. Cabe aqui uma ressalva: ao estudar o sintoma de linguagem desde o lugar da lingüística, minha tarefa é analisar a fala sintomática através dos conceitos advindos da teoria que convoco. A utilização dessas análises na elaboração da hipótese sobre o funcionamento da linguagem diz respeito unicamente à clínica. Esse assunto será abordado com mais detalhes na seção sobre a metodologia.

⁶ Cabe aqui mencionar o livro *Introdução aos Estudos De Afasia de Roman Jakobson* (FLORES, SURREAUX, KUHN, 2006) que apresenta uma extensa revisão bibliográfica de todos os seus trabalhos acerca deste distúrbio, além de análise da evolução do pensamento jakobsoniano a respeito das afasias ao longo de 40 anos de produção sobre o assunto, cronologia dos artigos publicados com detalhamento das traduções recebidas nas mais diversas línguas, bibliografia comentada e uma breve biografia.

Há, no Brasil, um segundo viés de aproximação entre lingüística e patologia de linguagem. Esta se caracteriza pela convocação da lingüística como instrumento de descrição *stricto sensu*, isto é, tomada como aparato auxiliar na prática fonoaudiológica. A distinção quanto à forma de mobilizar a lingüística separa os grupos de maneira abismal. Veremos, mais adiante, essas duas perspectivas com mais detalhes.

Neste trabalho, apresento a Lingüística da Enunciação (cf. FLORES & TEIXEIRA, 2005) como uma possibilidade de interlocução com os estudos acerca da patologia de linguagem. Se considerarmos que o interrogante, o sintoma de linguagem, traz em si o conceito de singularidade por ser uma possibilidade de o sujeito estar na língua, poderemos problematizá-lo desde o lugar da lingüística e fazer retornar as interrogações à clínica de linguagem. Busco ilustrar esse diálogo através da análise de dados de fala sintomática de falante-ouvinte não-ideal, a partir da reflexão teórica desenvolvida por Benveniste em sua teoria da enunciação. A lingüística desenvolvida por Benveniste⁷ é a convocada para fazer parte desse diálogo porque, conforme Surreaux,

embora Benveniste não tenha dedicado um estudo específico à fala desviante, sua reflexão sobre o “homem na língua” permite abrir espaço de interlocução com a *clínica de linguagem* no que diz respeito ao lugar que o sujeito com fala sintomática ocupa na linguagem. (SURREAUX, 2006, p. 63)

A enunciação entendida como o *colocar em funcionamento a língua por um ato individual de utilização* (BENVENISTE, 1989, p. 82) é o objeto de estudo da teoria de Benveniste, e esse conceito possibilita investigar o sintoma de linguagem à luz das reflexões trazidas em sua teoria. Nesse sentido, cabe pensar – ao se deslocar o conceito para o campo do sintoma de linguagem – que não importa como a fala se apresenta (enunciado) e sim como se dá o processo de apropriação da língua por um sujeito (enunciação). Assim “é o ato mesmo de produzir um enunciado, e não o texto do enunciado, que é nosso objeto” (BENVENISTE, 1989, p. 82). Isso nos permite considerar que a teoria da enunciação não distingue falante-ouvinte ideal

⁷ Uma vez que a elaboração de um texto desta natureza demanda recortes teóricos a fim de respeitar dimensões pré-estabelecidas, convoco apenas a teoria de Benveniste para o meu trabalho. Contudo, é patente que outras teorias da enunciação podem ser invocadas para a problematização da fala sintomática, uma vez que o que é próprio da lingüística da enunciação (e, portanto, diz respeito a todos os teóricos que a ela se filiam) é a subjetividade, noção fundamental para pensar o sintoma de linguagem.

do não-ideal⁸, porque a distinção entre eles não é relevante, ou seja, não interfere no objeto por ele circunscrito. Como o autor mesmo afirma,

Os sons emitidos e percebidos, quer sejam estudados no quadro de um idioma particular ou nas suas manifestações gerais, como processo de aquisição, de difusão, de *alteração* (...) procedem sempre de atos individuais, que o lingüista surpreende sempre que possível em uma produção nativa, no interior da fala. (BENVENISTE, 1989, p. 82) (grifo meu)

Assim, o diálogo entre a teoria da enunciação e a clínica de linguagem contribui, por um lado, à clínica de linguagem por problematizar questões que concernem à fala sintomática, e por outro, à lingüística, por proporcionar reflexões acerca do funcionamento da linguagem.

3. A LINGÜÍSTICA E A PATOLOGIA DE LINGUAGEM

Nosso objetivo, nessa seção, é expor os diferentes pontos de vista referentes à forma como a lingüística é tomada no campo das falas patológicas, para a partir daí, apresentarmos nossa proposição acerca do assunto. A revisão bibliográfica nos indicou dois vieses:

O primeiro toma a *lingüística como aparato descritivo*. Assim, a função da lingüística é vista *stricto sensu*, pois cabe a ela servir como um instrumento para apontar as falhas, traçar um perfil lingüístico da doença. Tal forma de utilização da lingüística no fazer fonoaudiológico foi amplamente seguida por profissionais da área nas décadas de 60/70, e ainda hoje conta com uma grande legião de seguidores (conforme alertam ARANTES, 1997; FREIRE, 1994; SURREAUX, 2000; TUBERO, 1996). Poderíamos dizer que há, aqui, uma relação de implicação de “mão única”: é a partir da prática fonoaudiológica empregada que se determina a função da lingüística.

Em linhas gerais, a prática fonoaudiológica comum hoje em dia busca, conforme Arantes (2001), identificar um sintoma quanto ao modo de produção de sons, estruturação de sentenças ou léxico, baseando-se em causas orgânicas, para daí propor uma série de exercícios específicos a fim de que sejam instalados ou suprimidos determinados fonemas, vocábulos, etc. Ou

⁸ Importa, aqui, definir o que entendemos por esse termo. Conforme Flores (no prelo), “este termo tem a função de marcar, pela negação que carrega, o lugar epistemológico do qual falo. Não se trata, portanto, de crítica ao pensamento chomskyano, mas de recurso de elucidação. Em outras palavras, interessa a este trabalho o que é circunscrito pela negação”.

seja, a lingüística entra como empréstimo ao doar seus conceitos, que são aplicados *stricto sensu* diretamente na prática fonoaudiológica.

O segundo viés é o da *lingüística na clínica de linguagem*. Esta abordagem é marcada pela aproximação da lingüística aos distúrbios de linguagem desde o lugar ocupado por uma série de pesquisadores que reivindicam o estatuto da linguagem nos estudos da fala patológica. Para eles, fazer fonoaudiologia implica, necessariamente, pensar sobre a linguagem, já que a circunscrição do seu trabalho se dá por ela. Uma vez que a linguagem é objeto de estudo da lingüística, faz-se necessário convocar essa ciência como aporte teórico a fim de contribuir para reflexões acerca da clínica de linguagem. Assim, a relação entre lingüística e patologia de linguagem é vista como indissociável, já que uma convoca a outra. Entretanto, há ainda grandes impasses quanto à lingüística a ser convocada.

Dentre os pesquisadores que vêm a relação entre lingüística e patologia de linguagem como imprescindível, destacam-se Lier De Vitto, que coordena o grupo de pesquisa sobre aquisição e patologia de linguagem na PUC-SP, e Flores, que lidera o grupo sobre o estudo da *falha* na fala na UFRGS-RS⁹. As opiniões do grupo liderado por de Vitto acerca da necessária relação entre fonoaudiologia e lingüística e os conseqüentes questionamentos acerca dessa interlocução foram um dos pontos que impulsionaram o grupo porto-alegrense ao empreendimento do projeto acima mencionado. Conforme Flores, “espera-se desenvolver, nesta pesquisa, uma reflexão que aborde o *sintoma*¹⁰ da/na linguagem, apresentando-o como um conceito epistemologicamente viável para articular as diversas instâncias da clínica de linguagem” (2003, p. 11).

Tendo isso posto, passemos agora à visão de lingüística pertinente a esse empreendimento. Conforme Flores:

Partindo da releitura epistemológica de Saussure (1975), em especial daquela feita por Milner (1987) a partir do conceito de *alíngua* (cf. LACAN, 1985), pretende-se propor uma visão estrutural e estruturante de língua, na qual o sujeito que fala se inscreve na língua e nela dá lugar ao sintoma. (FLORES, 2003, p. 15)

⁹ A pesquisa *Lingüística e o Sintoma de Linguagem: a instância da falha na fala* é atualmente desenvolvida por esse grupo, do qual faço parte juntamente com fonoaudiólogos e psicanalistas, e as discussões ali empreendidas contribuíram para a construção deste meu trabalho.

¹⁰ Convoca-se, aqui, a noção de *sintoma* como articulador entre fonoaudiologia, lingüística e psicanálise freudo-lacaniana. É necessária uma ressalva: articulação vista não como uma positividade. Conforme Flores (mimeo), “Meu ponto de vista - e isso mesmo quando utilizei a palavra *articulação* - é sempre o de resguardar não uma unidade, mas uma forma de *impli-cação* ou aquilo que Dany-Robert Dufour (2000) chama de ‘estilo implicado (de *plicare*, do-brar)’ dos axiomas que operam na definição dos campos.”

Tal visão justifica-se tendo em vista a compreensão de que a língua é organizada por um sistema de valor em eixos paradigmáticos e sintagmáticos, retomando Jakobson e suas noções de processos metafóricos e metonímicos como movimentos também estruturantes da língua.

Essa linha de pesquisa atesta que ainda está por ser construída uma lingüística que dê conta do sintoma. Acompanhamos Flores et al., quando diz que “sem dúvida, falta construir essa lingüística, seu objeto, seu método, seus princípios, seus principais conceitos, etc.” (2005, p. 111). Pensamos que a lingüística da enunciação tal como proposta por Benveniste pode contribuir à construção dessa lingüística, bem como à elaboração do pensamento acerca da clínica de linguagem, por trazer em seu escopo teórico o sujeito na língua. Como reitera Surreaux (2004), em artigo intitulado “Benveniste, um lingüista que interessa à clínica de linguagem”, apresentado no I Colóquio Leituras de Benveniste:

Um lingüista que, em sua reflexão, parte de uma abordagem da linguagem que considere aquele que fala, aquele com quem se fala e que essa possibilidade de dois ou mais se falarem ter relação com o fato de que os sujeitos assim se constituem na cultura é realmente louvável. (SURREAUX, 2004, p. 81)

Conforme Flores (2005, no prelo), parece que, ao se descrever como a linguagem funciona na fala sintomática, ou seja, ao se falar do específico, pode-se elaborar hipóteses sobre o funcionamento da linguagem em geral. Em outras palavras, a língua comporta a falha, portanto descrevê-la é também descrever a língua. Este é um dos objetivos da pesquisa.

Resta ainda indicar que, dentro desta perspectiva teórica, que apresenta uma visão de lingüística como acima apresentada e a relaciona à patologia de linguagem através do conceito de sintoma, busca-se problematizar questões concernentes ao próprio fazer epistemológico, como por exemplo, as referentes a discussões acerca da lingüística e da concepção de linguagem que se presta à clínica de linguagem, bem como se pretende estudar os distúrbios de linguagem através dessa perspectiva, indo aos dados para procurar investigar como o sintoma se apresenta e como ele envolve as instâncias da psicanálise, lingüística e fonoaudiologia. Através desse percurso de estudos, pode-se contribuir com o diagnóstico, a avaliação e o tratamento na clínica de linguagem.

Adiantamos, desde já, que, por se tratar da teoria enunciativa benvenistiana, a análise dos *atos*, que será apresentada mais adiante, não

visa a elencar a repetibilidade a fim de determinar o que é próprio à patologia de linguagem. Dentro desta perspectiva, tal tarefa é impossível e incoerente com seus próprios preceitos, porque i) propomos que o sintoma de linguagem seja visto como a forma de enunciação possível para aquele sujeito com fala sintomática; logo, ii) o que se busca é da ordem do singular, do irrepetível. Apresentaremos, a seguir, a teoria da enunciação de Benveniste com mais detalhes.

4. TEORIA DA ENUNCIAÇÃO

A retomada teórica feita acerca da relação entre lingüística e distúrbios da linguagem deixou evidente que a lingüística ainda não se propõe, epistemologicamente, a circunscrever o objeto “patologia”. Flores (2005; no prelo) defende a necessidade de se desenvolver uma escrita própria a essa lingüística, o que indica que a construção desse campo de saber – a discussão sobre seu objeto e sua teoria – ainda está por ser feita. Assim, a lingüística é normalmente convocada aos estudos das falas sintomáticas por dois vieses: ou como aparato descritivo das falas patológicas ou como implicação necessária entre ela e a clínica, proporcionando questionamentos que dizem desde a concepção de língua/linguagem e patologia até noções de sintoma, erro e fala desviante.

Sendo assim, o objetivo desta seção é apresentar a teoria da enunciação, tal como proposta por Benveniste, como uma lingüística que dialoga com o estudo do sintoma de linguagem. Isso implica dizer que, a partir dos conceitos desenvolvidos pelo pai da lingüística da enunciação, procuramos construir reflexões a fim de analisar fatos de linguagem sintomática, tendo em vista o retorno à clínica de linguagem através da contribuição para elaboração da hipótese sobre o funcionamento da linguagem, para então justificar tal interlocução. Decorrem daí implicações para a clínica de linguagem, no que tange às instâncias diagnósticas, avaliativas e de tratamento, bem como para a própria lingüística, pois permite repensarmos o estudo da linguagem.

Por vezes falamos em *lingüística da enunciação*, em outros momentos, *teoria da enunciação*. Cabe esclarecer alguns pontos referentes à nomenclatura até aqui utilizada. A distinção entre os termos diz respeito à generalidade/especificidade. Recorremos ao livro *Introdução à Lingüística da Enunciação*, de Valdir Flores e Marlene Teixeira (2005), para explicarmos melhor essa diferença. De acordo com os autores, a lingüística da enunciação

diferencia-se das outras lingüísticas¹¹ por trazer uma abordagem do objeto no qual se inclui o sujeito, fazendo parte, portanto, do campo da irrepetibilidade. Sendo a enunciação sempre única e irrepetível – porque cada vez que a língua é enunciada têm-se condições de tempo (agora), espaço (aqui) e pessoa (eu/tu) singulares –, cada análise também é única e irrepetível. Contudo, os métodos de análise e conceitos relacionados à enunciação se diferenciam de acordo com o autor que a estuda. Assim, diferentes teorias reúnem-se sob o título lingüística da enunciação por terem em comum 1) o fato de trazerem discussões acerca da problematização da dicotomia *langue/parole* proposta por Saussure; 2) por se preocuparem em pensar a enunciação; e 3) por discutirem a subjetividade na linguagem. Ainda com Flores e Teixeira, “desde o prisma que enfoque o campo do saber é possível falar de lingüística da enunciação; desde o prisma da análise lingüística é sempre de teorias da enunciação que se trata” (2005, p. 104). A teoria da enunciação de Benveniste é a que convocamos¹² para abordar a fala sintomática.

Como já adiantamos anteriormente, a opção por invocarmos tal teoria dá-se pelo fato de que, ao tomar a fala de cada um pelo que ela tem de singular, a teoria benvenistiana permite a elaboração de uma hipótese de funcionamento da linguagem. Isto é, o conceito de enunciação está relacionado ao princípio de geral e específico. Conforme Flores (no prelo), “é universal que todas as línguas tenham dispositivos que permitam sua utilização singular pelos sujeitos, é particular a configuração desses sistemas e o uso que os sujeitos fazem deles”. Haja vista que nosso interesse, neste trabalho, é a fala do falante-ouvinte não-ideal, no que diz respeito ao específico, essa teoria nos dá espaço para pensarmos o sintoma de linguagem como algo único e irrepetível, ou seja, como uma forma de o sujeito enunciar. A partir desse preceito, podemos fazer desdobramentos diversos, a fim de propor uma hipótese sobre funcionamento de linguagem singular a cada sujeito. A teoria da enunciação de Benveniste nos permite pensar sobre língua/linguagem e sintoma desde um lugar único, o que implica numa noção de fala sintomática diferenciada. A partir dessa reflexão sobre o es-

¹¹ Flores e Teixeira (2005) defendem que há várias lingüísticas, e que a idéia de uma lingüística una, comumente divulgada através de livros didáticos introdutórios, é ficção. Assim, ao se diferenciarem conceitos, métodos e objetos, está-se circunscrevendo uma diferente área. Talvez por isso, acrescentam os autores, a preferência atual do termo *estudos de linguagem à lingüística*.

¹² Outras teorias enunciativas podem contribuir para o estudo da fala sintomática. Exemplo disso é o texto *Enunciação e sintoma de linguagem: um estudo sobre as relações metafóricas e metonímicas* (FLORES; SURREAUX; KUNH, 2005), no qual se analisa um caso de ecolalia à luz da teoria da enunciação de Benveniste e Jakobson.

pecífico, podemos generalizar e pensar na linguagem como um todo. Apresentaremos análises de fatos de linguagem a fim de ilustrar essa relação..

Passemos, a seguir, à apresentação de conceitos fundamentais à teoria da enunciação de Benveniste.

4.1. Apresentação dos conceitos

Buscamos, neste trabalho, apresentar a teoria da enunciação de Benveniste como uma teoria que dialoga com a clínica de linguagem. Analisaremos dados de fala sintomática, tendo em vista a noção de hipótese sobre o funcionamento dessa linguagem que “falha”, para ilustrar essa interlocução. Apontemos, portanto, o que essa afirmação pressupõe. Ao determinarmos que nosso escopo de pesquisa é a fala, convocamos imediatamente duas instâncias de estudo: a da *palavra* e da *palavra no enunciado* (cf. LICHTENBERG, 2001). Isso implica pensar em língua e em língua em uso e nos conceitos enunciativos trazidos por Benveniste para sustentar essa prerrogativa. Sumariamente, podemos dizer que ao invocarmos o termo *palavra*, agenciamos as noções de língua, referência, subjetividade e de semiótico e semântico. Já o enfoque *palavra no enunciado* parte dos itens antes citados para trazer noções outras que expandem a visão de língua, considerando-a sempre língua em uso. Assim, abordaremos, a seguir, as questões envolvidas na discussão sobre a forma e sentido na linguagem e o aparelho formal de enunciação.

Como já afirmamos anteriormente, investigaremos a fala sintomática. Coerentemente, os *fatos* que analisaremos provêm da clínica fonoaudiológica. Isso implica dizer que teremos cenas enunciativas com dois participantes – paciente e terapeuta, ou seja, nossa descrição se dá a partir de diálogos¹³. A idéia mesma de diálogo é inerente à teoria de Benveniste, e, portanto, cabe aqui retomarmos dois conceitos fundamentais para o seu estudo: o de intersubjetividade e co-referência. Essas noções subjazem a toda teoria apresentada e receberão maior detalhamento adiante.

Resumindo, apresentaremos a seguir conceitos da teoria da enunciação de Émile Benveniste que são caros ao estudo da fala sintomática. Olhare-

¹³ Se expandirmos nosso nível de interpretação, podemos dizer que os diálogos que aqui tratamos são de duas espécies: entre terapeuta e paciente, no âmbito da clínica de linguagem, e entre clínica e teoria da enunciação, no âmbito de um estudo epistemológico.

mos para sua teoria através de três perspectivas: a da palavra, a da palavra no enunciado e a do diálogo¹⁴. Vamos a elas:

4.2. Da palavra

Para passarmos ao estudo da palavra e à extensão que esta tem no âmbito da teoria benvenistiana, precisamos primeiramente entender as noções de signo lingüístico e língua. Recorro, assim, ao texto *Natureza do signo lingüístico* (1939/2005¹⁵) através do qual podemos apreender uma visão primeira¹⁶ de Benveniste quanto a esses tópicos. Aqui, o lingüista francês retoma a bipartição do signo proposta por Saussure em seu *Curso De Lingüística Geral*: “um dos componentes do signo, a imagem acústica, constitui o seu significante; a outra, o conceito, é seu significado” (BENVENISTE, 1939/2005, p. 55). A idéia de *conceito* merece ser melhor detalhada. Esse termo não remete a uma realidade objetiva; pelo contrário, ele constitui uma parte do signo, portanto, é *conceito* necessariamente idêntico à imagem fônica que o representa, os quais ambos foram impressos em nossos espíritos (p. 55). Conforme Saussure, “não há idéias preestabelecidas, e nada é distinto antes do aparecimento da língua” (apud BENVENISTE, p. 56).

Então, se é atributo da língua distinguir *coisas*, e a língua é um sistema de signos, logo, podemos pensar que é através dos signos que se dá a diferenciação. Para explicar esse processo, Benveniste parte da noção de valor de Saussure para afirmar que “o valor é um elemento do signo” e que “devemos considerar o valor apenas como atributo da *forma*, não da substância” (BENVENISTE, 1939/2005, p. 59). Assim, tal processo de distinção se dá pelo fato de os valores serem relativos uns aos outros: “todos os valores são de oposição e não se definem a não ser pela sua diferença” (p. 59). Ou seja, um signo é o que o outro não é. Língua, portanto, é a estrutura que reúne esses signos, que por sua vez se distinguem através de suas relações de oposição. Conforme Benveniste: “o caráter absoluto do signo lingüístico assim entendido comanda, por sua vez, a necessidade dialética dos valores

¹⁴ Acompanho Lichtenberg (2001) nessa forma de apresentar os conceitos benvenistianos. Parece-me que tal maneira permite a visualização dos conceitos em relação, proporcionado uma tomada panorâmica da teoria.

¹⁵ Apresento o ano de publicação juntamente ao ano correspondente à bibliografia consultada para permitir uma apreensão do desenvolvimento das idéias de Benveniste com o passar do tempo.

¹⁶ Reforço a idéia de visão primeira porque estas concepções de língua e signo serão ampliadas (e apresentadas oportunamente).

em constante oposição, e forma o princípio estrutural da língua" (p. 59).

Estamos, até aqui, no âmbito da língua. Falamos em signos e em valor. Nesse ponto, Benveniste segue as idéias propostas pelo pai da lingüística. O seu "passo adiante" se dá ao apresentar a categoria de pessoa, que introduz o conceito de subjetividade. Está assim instaurado o homem na língua.

Retomemos então dois textos fundamentais para a compreensão da categoria de pessoa: *Estrutura Das Relações De Pessoa No Verbo* (1946/2005) e *A Natureza Dos Pronomes* (1956/2005). No primeiro, Benveniste parte da descrição tradicional de pessoas a partir das conjugações verbais que estas implicam para afirmar que há uma diferenciação outra e anterior a essa imposta pela relação índice de pessoa/verbo. Apresentamos sua crítica:

Ao alinharmos numa ordem constante e num plano uniforme "pessoas" definidas pela sua sucessão e relacionadas com esses *seres* que são "eu", "tu" e "ele", não fazemos senão transpor para uma teoria pseudo-lingüística diferenças de natureza *lexical*. Essas denominações não nos informam nem sobre a necessidade da categoria, nem sobre o conteúdo que ela implica nem sobre as relações que reúnem as diferentes pessoas. (BENVENISTE, 1946/2005, p. 248).

Cabe então perguntar: qual é a necessidade da categoria de pessoa, qual é o conteúdo que ela implica e quais são as relações que reúnem as diferentes pessoas?

Iniciemos¹⁷ com as diferentes pessoas. Conforme Benveniste, as relações entre "eu", "tu" e "ele" se dão através de oposições. Retomando os gramáticos árabes, ele afirma que "a primeira pessoa é 'aquele que fala', a segunda pessoa, 'aquele a quem nos dirigimos' e a terceira pessoa, 'aquele que está ausente'" (BENVENISTE, 1946/2005, p. 250). *Eu* designa aquele que fala e ao mesmo tempo instaura *tu*, aquele a quem nos dirigimos. Essa relação "eu-tu" é estabelecida pelo "eu" e é inerente ao fato mesmo de se dizer "eu". Já "ele" não surge a partir da instauração da relação "eu-tu", a não ser como um enunciado sobre algo que está fora desta instância. Daí dizermos que "eu" e "tu" são categorias de pessoa, e "ele", de não-pessoa. "Ele" está ausente, não se institui como pessoa no momento em que *Eu* diz *eu*.

Tendo em vista essa relação "eu-tu"/"ele" – categoria de pessoa x não-

pessoa, podemos ir adiante e pensar no conteúdo que ela implica. Dizer *eu* não apenas convoca *tu*, mas também diz sobre as pessoas "eu", "tu" e a não-pessoa "ele", excluída desta relação dialógica. Convocamos as palavras de Benveniste:

Nas duas primeiras pessoas do discurso, há ao mesmo tempo uma pessoa implicada e um discurso sobre essa pessoa. *Eu* designa aquele que fala e implica ao mesmo tempo um enunciado sobre o "eu": dizendo *eu*, não posso deixar de falar de mim. Na segunda pessoa, "tu" é necessariamente designado por *eu* e não pode ser pensado fora de uma situação proposta a partir do "eu"; e, ao mesmo tempo, *eu* enuncia algo como um predicado de "tu". Da terceira pessoa, porém, um predicado é bem enunciado somente fora do "eu-tu"; essa forma é assim exceptuada da relação pela qual "eu" e "tu" se especificam. Daí ser questionável a legitimidade dessa forma como pessoa. (BENVENISTE, 1946/2005, p. 250)

Uma vez que "eu" e "tu" pertencem à categoria de pessoa, e "ele" à categoria de não-pessoa, podemos pensar sobre o que esta dicotomização nos revela. Primeiramente, sob o ponto de vista da relação "eu-tu", decorre a idéia de *correlação de subjetividade*. Porque ao dizer *Eu*, "eu" diz desde de um lugar marcado por *Eu*, interior ao enunciado, e exterior a "tu", que se instaurou pela fala de "eu". "Eu", então, é exterior e transcende a "tu", e ambos se opõe a "ele". A relação "eu-tu" também implica em pensarmos na unicidade e inversibilidade da categoria de pessoa. "O "eu" que enuncia, o "tu" ao qual "eu" se dirige são cada vez únicos." (op. cit., p. 253) E esse mesmo "eu" que se diz "eu" e instaura "tu", passa a ser "tu" no momento em que o "tu" anterior enuncia "eu". Já sob o ponto de vista do "ele" – este ausente que determina a categoria de não-pessoa –, Benveniste nos traz que a terceira pessoa é a única possibilidade pela qual uma *coisa* é predicada verbalmente (op cit., 253).

Resumindo, a partir das relações entre "eu" e "tu", foi determinada a categoria de pessoa. Opondo-se a ela, temos "ele", não-pessoa. É característico da categoria de pessoa a subjetividade, unicidade e inversibilidade. Portanto, voltando às questões anteriormente levantadas, no que diz respeito à necessidade da categoria de pessoa, temos uma única e simples resposta: é só por causa da categoria de pessoa que podemos pensar em sujeito, base de toda teoria benvenistiana. Este conceito e outros, que a ele se atrelam, serão apresentados no texto que discutiremos a seguir.

A Natureza Dos Pronomes (1956/2005) é um texto fundamental na obra de Benveniste por apresentar, a partir da discussão acerca dos pronomes, as noções de língua/linguagem, signo/palavra e referência subjetiva/objetiva.

¹⁷ Procuramos apresentar as explicações às questões acima de maneira inversa a como foram propostas, a fim de retomar uma seqüência lógica de encadeamento de idéias. Assim, partimos da diferenciação entre categoria de pessoa e não-pessoa, passando a seguir pelo conteúdo que esta distinção implica para então justificar a necessidade da categoria de pessoa na teoria de Benveniste.

A todos subjaz um conceito fundante, o de sujeito¹⁸. Procuremos retomar o estudo que o levou a essas conclusões.

Benveniste toma a categoria dos pronomes para mostrar que a distinção entre categoria de pessoa e não-pessoa repercute além do “eu”, “tu” e “ele”. O que tradicionalmente parecia uma classe unitária agora é trazida como formada por elementos absolutamente diferentes, porque alguns se correlacionam às categorias de pessoa e outros a de não-pessoa. A explicação para a afirmação de que os pronomes são discretos entre si tem a ver com a enunciação. Vejamos então o que isso nos diz.

Primeiramente, ele nos informa que palavra é consequência da atualização da língua por um locutor que a agencia e a coloca em uso. Assim, apreendemos que palavra está no âmbito da língua em uso, ou linguagem. Esta, por sua vez, é caracterizada por dizer respeito a instâncias de discurso únicas e discretas. Logo, podemos concluir que os termos palavra e linguagem só são possíveis na esfera da enunciação. Em resumo, temos de um lado signo e língua (ainda na perspectiva apresentada no texto *Natureza Do Signo Lingüístico*) e de outro, palavra e enunciação¹⁹.

Benveniste retoma os pronomes para explicitar essa diferença entre língua e linguagem em uso. Ele afirma que alguns pertencem à sintaxe e, portanto, à língua. São signos plenos, que, quando utilizados, se atualizam num objeto singular e se referem sempre à mesma representação. Essa definição também serve para outros elementos, como nomes referentes a noções lexicais e advérbios. Exemplos dessas espécies são *ele, lá, então, na véspera*, etc. Como estão no campo da língua, dizem respeito a “ele”. Ou seja, estão sempre fora da relação “eu-tu”, remetem ao ausente. Benveniste chama a referência instaurada por esses tipos de pronomes de objetiva.

Já os pronomes indicadores de subjetividade, como cunhou o lingüista francês, são, ao lado de outros elementos da língua, signos vazios. Assim os determinou Benveniste porque eles só passam a ter referência na e pela enunciação. “Assim, pois, é ao mesmo tempo original e fundamental o fato de que essas formas ‘pronominais’ (...) remetam (...) à enunciação, cada vez única, que as contém, e reflitam assim seu próprio emprego” (op. Cit, p. 280). Dessa forma, esses signos se tornam plenos na instância do discurso, pelo uso da língua. O tempo da enunciação é sempre o presente, pois diz

¹⁸ A discussão aprofundada sobre o *sujeito* será apresentada quando da discussão do texto *A subjetividade na linguagem*, que se dará em seguida à apresentação do presente texto. *Sujeito*, neste momento, provém da categoria de pessoa, do fato mesmo de *Eu* enunciar “eu”.

¹⁹ Cabe lembrar que este distanciamento dos termos é fundamentalmente didático. No escopo da teoria, sabemos que não podemos pensar em um termo sem invocar o outro, porque seus conceitos se imbricam.

respeito ao instante em que *Eu* se diz “eu”. Daí que *aqui* e *agora*, que delimitam tempo e espaço, só fazem referência ao instante de emprego da língua. Correlacionados ao “eu-tu”, “aqui-agora” estão *ontem, amanhã, na próxima semana*, etc. Essa referência constante e necessária à instância de discurso Benveniste nomeou de referência subjetiva.

Para finalizar, apresentamos as palavras do próprio mestre, que resume a explanação prévia:

O hábito nos torna facilmente insensíveis a essa diferença profunda entre a linguagem como sistema de signos e a linguagem assumida como exercício pelo indivíduo. Quando o indivíduo se apropria dela, a linguagem se torna em instâncias de discurso, caracterizadas por esse sistema de referências internas cuja chave é *eu*, e que define o indivíduo pela construção lingüística particular de que ele se serve quando se enuncia como locutor. (BENVENISTE, 1956/2005, p. 281)

Apresentamos, até aqui, as noções de língua, linguagem, signo, palavra, referência objetiva e subjetiva, todas desdobradas a partir da categoria de pessoa. Precisamos, ainda, tratar do sujeito, para finalmente abordarmos os conceitos de semiótico e semântico. Voltaremos, portanto, ao texto *Da Subjetividade Na Linguagem* (1958/2005).

Este texto dá continuidade às discussões trazidas em *A Natureza Dos Pronomes* para propor a noção de sujeito. Basicamente, o que Benveniste nos aponta, aqui, é que o homem está na língua: “não atingimos nunca o homem separado da linguagem²⁰” (op. cit. p. 285). Cabe a nós, agora, desvelar o processo empreendido para a constatação de tal afirmação.

“A ‘subjetividade’ de que tratamos aqui é a capacidade do locutor para se propor como ‘sujeito’” (op. cit., p. 286). A partir dessa frase, podemos revelar diversas implicações. Em primeiro lugar, vejamos o que isso nos diz sobre o sujeito. É de “ego” que se diz ego que se fala. De um *Eu* que só emprega “eu” para dizer algo a um “tu”. A linguagem, dessa forma, só é possível porque há um *Eu* que se refere a “eu” na instância do discurso, apresentando-se assim como sujeito. Esta afirmação nos revela um segundo desdobramento da proposição acima apresentada: com essa relação lin-

²⁰ É importante fazer uma ressalva quanto à nomenclatura usada por Benveniste. Por vezes ele alterna *língua, linguagem* e *discurso*. Por enquanto, procuramos manter a linha de raciocínio que vem sendo construída: língua como sistema de signos e linguagem como língua em uso, portanto, discurso. Veremos a seguir, em *A Semiologia Da Língua*, que essas distinções adquirem outro *status*.

guagem/subjetividade, Benveniste suspende o que até então era tradicionalmente aceito: a língua não é um *a priori*, ela só se atualiza na e pela enunciação, que supõe um sujeito que a empregue. Essa capacidade do locutor para se propor como sujeito diz respeito ao ato mesmo de enunciação, ao convocar a língua para então instituí-la como tal e instituir-se como sujeito. Retomando, a categoria de pessoa é instalada na língua a partir da subjetividade, porque “é na linguagem e pela linguagem que o homem se constitui como sujeito; porque só a linguagem fundamenta na realidade, na sua realidade que é a do ser, o conceito de ‘ego’” (p. 286).

Se o sujeito está na língua e este deriva da capacidade do locutor de se propor como tal, pensemos então na instância desse ato. Como já apontado no texto anterior, este é marcado por um tempo próprio, o tempo de fala, que é o tempo em que se está. A língua é a possibilidade de subjetividade, pois contém indicadores que podem ser mobilizados pelo sujeito e empregados em seu discurso. Ao mesmo tempo, esses indicadores só são indicadores pelo uso que o sujeito faz deles. Os indicadores de dêixis, demonstrativos, advérbios, adjetivos, organizam as relações temporais e espaciais em torno do sujeito e é por meio deles que o homem se instaura na língua.

Este último texto trabalhado já nos aponta para uma mudança na perspectiva benvenistiana. Língua e linguagem são usados ora intercambiavelmente, ora com significações próprias. Isso diz sobre a linha de raciocínio do autor, que está procurando uma forma própria de pensar sobre língua. Vejamos, então, o texto *A Semiologia da Língua* (1969/1989), no qual Benveniste discute este tema.

A pergunta que move Benveniste neste texto é a seguinte: “qual é o lugar da língua entre os sistemas de signos?” (op. cit. p. 43) Não acompanharemos, aqui, o percurso desenvolvido para responder tal questão. Interessamos, sim, apresentar duas importantes concepções que desse trajeto se desenrolaram: a noção de semântico e semiótico, porque elas dizem sobre sua visão de língua.

Tomemos então suas justificativas para determinar que a língua é o único modelo de sistema que é, simultaneamente, semiótico na sua estrutura formal e no seu funcionamento:

- 1º ela se manifesta pela enunciação, que contém referência a uma situação dada; falar, é sempre falar-de;
- 2º ela consiste formalmente de unidades distintas, sendo que cada uma é um signo;
- 3º ela é produzida e recebida nos mesmos valores de referência por todos os membros de uma comunidade;
- 4º ela é a única atualização da comunicação intersubjetiva. (op. cit. 63)

Ao analisarmos essa afirmação, juntamente com suas explicações, percebemos que Benveniste inclui na língua a idéia de signo e de enunciação. Até então, esses termos apareciam dicotomizados: signo dizia respeito à língua e enunciação à língua em uso. Contudo, ao determinar que tudo está na língua, o autor dissolve essa oposição e nos mostra que língua é língua em uso.

Mas como a língua pode dar conta dessas duas instâncias? Ele nos responde através da noção de dupla significância da língua. Assim, há dois níveis de significação: o semiótico e o semântico. Isso nos diz, primordialmente, que a língua significa. O que podemos fazer, dessa forma, é entender de que maneira ela significa. Passemos a essa tarefa.

O nível semiótico “designa o modo de significação que é próprio do SIGNO lingüístico e que o constitui como unidade.” (op. cit. p. 64). A língua, sob essa perspectiva, significa porque os signos têm significação própria. E isso nos remete à noção anteriormente apresentada de signo como constituído de uma imagem fônica e um conceito (significante/significado), que se distingue dos outros signos por oposição (valor). O signo é base significante da língua, logo, material necessário da enunciação. (op. cit. 65).

O nível semântico nos reporta a significância engendrada pelo DISCURSO. Uma vez que se está no âmbito do discurso, o que no nível semiótico era signo agora passa a ser palavra. Essa transição traz consequências e não deve ser entendida de forma rasa. Não estamos dizendo que a palavra tem o mesmo sentido que o signo, isto porque, ao pensarmos em palavra estamos no nível da enunciação. Daí decorre que estão envolvidos no processo de significação o “eu”, “tu”, “ele”, “aqui” e “agora”, que marcam a unicidade deste ato e a impossibilidade de repetição de sentidos. Na e pela enunciação, a palavra se constitui de significância própria. Mas e como pensar a mensagem? Benveniste nos aponta que a mensagem é constituída por palavras, contudo seu sentido não é o somatório dos sentidos individuais de cada palavra. E a explicação também decorre da enunciação. Se estamos falando de um *Eu* que diz “eu” e se institui como sujeito, e que ao falar “eu” diz sobre esse sujeito, a mensagem está circunscrita a esse ato. Esse ato envolve necessariamente referência. Assim, “a ordem semântica se identifica ao mundo da enunciação e ao universo do discurso”. (op. cit. p. 66)

Tendo visto os dois níveis de significâncias próprios à língua, cabe agora apenas apontar como eles se distinguem quanto ao critério de validade que é requerido por um e por outro. “O semiótico (o signo) deve ser RECONHECIDO; o semântico (o discurso) deve ser COMPREENDIDO” (op. cit. 66). Esse critério é aplicado quando mobilizamos a idéia de identificação para o primeiro e de percepção de nova significação a cada instância de enunciação para o segundo.

Com intuito de finalizar esta primeira parte, em que a *palavra* foi tomada como enfoque para a leitura da teoria, convoco a esclarecedora explicação de Lichtenberg (2001) sobre a extensão que as palavras têm no escopo teórico benvenistiano:

Podemos, assim, considerar as palavras sob duas perspectivas: a da origem e da referência. Sob a primeira, temos *eu-tu/ele*: a língua e a instância do discurso, a língua e o uso da língua. Na outra perspectiva, a da referência, a oposição se desfaz – *eu-tu-ele* – pois a enunciação é a referência, a subjetividade subsume o cognitivo, a língua é apenas uso. (LICHTENBERG, 2001, p. 152)

4.3. Da palavra no enunciado

Nossa perspectiva de estudo, agora, é dada a partir da idéia de *palavra no enunciado*. Tendo visto que língua, conforme Benveniste, é língua em uso, passemos então ao estudo de conceitos caros à formalização desse uso. Refiro-me às noções de forma e sentido na linguagem e seu desdobramento na discussão sobre a frase (enunciado) e à explicação acerca do aparelho formal de enunciação, possibilidade de instauração do discurso, lugar da frase.

O último texto apresentado na sessão anterior, *A Semiologia da Língua* (1969), já antecipou alguns pontos que serão trazidos nessa seção. Retomaremos as questões do semiótico e semântico para então discutir sobre forma e sentido, o que nos levará ao aparelho formal de enunciação, que reúne em si todas essas conceituações prévias.

O primeiro trabalho que revisaremos é *A Forma e o Sentido na Linguagem* (1966/1989), que traz questões embrionárias em relação ao texto discutido anteriormente. Voltemos brevemente a elas. Benveniste, convidado a falar sobre problemas de linguagem em um congresso de filósofos, busca problematizar as concepções de forma e sentido sob a perspectiva tradicionalmente empregada pela lingüística. Inicia, então, sua apresentação explicitando que o próprio da linguagem é significar, pois diante de sua falta, não existiria nem sociedade nem humanidade – “bem antes de servir para comunicar, a linguagem serve para viver” (op. cit. 222). A partir daí, apresenta uma série de argumentos de modo a construir sua visão sobre o que, no texto de 1969, chama de dupla significância da linguagem, e que aqui denomina de “duas maneiras de ser língua no sentido e na forma” (op. cit. 229), culminando na definição de suas noções de semiótico e semântico. O que percebemos é que o presente texto parece ser uma espécie de pré-desenvolvimento, exposição da linha de raciocínio que levará Benveniste a deli-

near de maneira mais detalhada suas concepções em *Semiologia da Língua*.

Acreditamos que uma contribuição importante que o presente trabalho traz diz respeito justamente à idéia de que não se pode falar em forma sem falar em sentido e vice-versa. São “noções gêmeas” (p. 221), conforme Benveniste. Isso implica em dizer que, qualquer que seja o âmbito de significação em jogo, estamos sempre frente à forma e sentido. Assim, para sabermos a significação de determinado signo, basta colocá-lo à prova: *x* existe para este conjunto de membros da comunidade? Se sim, então ele existe e tem significação, se não, ele não existe e não significa nada. “Ser distintivo e ser significativo é a mesma coisa” (p. 228). “Tudo o que é do domínio do semiótico tem por critério necessário e suficiente que se possa identificá-lo no interior e no uso da língua” (p. 227).

E como fica a relação forma e sentido no nível semântico? Conforme Benveniste, “a expressão semântica por excelência é a frase” (p. 229). Portanto, é importante entender o que o autor define como frase para então articular a relação forma e sentido.

Para o lingüista, a frase diz respeito ao semântico por ser fruto da atualização da língua através da enunciação. Ela mobiliza, por isso, a idéia de referência à situação de discurso e atitude do locutor. Isso a faz particular. Diferentemente do signo, que é da ordem do intralingüístico e, portanto, geral, a frase se torna específica da situação marcada por “eu”-“tu”-“ele”-“aqui”-“agora”. E ela pode se apresentar sob diferentes aspectos: completa, truncada, embrionária, incompleta. O que importa, nos lembra Benveniste, é que é através delas que nos comunicamos.

Isso posto, passemos à relação forma e sentido na frase. A forma, de acordo com o autor, é dada pelo sintagma. Ou seja, é pela combinação de palavras agenciadas pelo locutor que a frase ganha forma. Ora, como vimos previamente, não há forma sem sentido. Então, no momento mesmo de enunciação da frase, está se constituindo o seu sentido. Assim, o sentido da frase se refere à idéia que esta busca exprimir. Porém, pode surgir a dúvida: uma vez que a frase é o conjunto de palavras sintaticamente organizadas, não se poderia pensar que o sentido da frase é o resultado do somatório dos significados das palavras? O mestre responde a essa questão: a palavra é a unidade semântica, ela mesma guarda suas referências e significações próprias. “O sentido de uma palavra consistirá na sua capacidade de ser integrante de um sintagma particular e de preencher uma função proposicional” (p. 232). Contudo, no momento em que há o agenciamento de palavras para a constituição de algo maior – a frase – a referência passa a ser o ato mesmo, e o sentido decorre dessa situação. Dependendo, palavras contraem valores até mesmo contrários aos que normalmente recebem nos empregos usuais. Dessa forma, “a frase é então cada

vez um acontecimento diferente; ela não existe senão no instante em que é proferida e se apaga neste instante; é um acontecimento que desaparece.” (p. 231).

Já revisitamos os conceitos de semiótico e semântico e aprofundamos as questões sobre signo, palavra e frase. Vejamos agora como relacionar todos esses conceitos. Eis o texto *O Aparelho Formal de Enunciação* (1970/1989).

Nele, Benveniste apresenta a enunciação como “este colocar em funcionamento a língua por um ato individual de utilização” (p. 82). Ao desdobrarmos essa frase, revelamos particularidades fundamentais ao entendimento da teoria da enunciação.

Desvelamos, assim, a questão da subjetividade. É um locutor que coloca em funcionamento a língua. *Eu* diz “eu” e se coloca assim como sujeito, instaurando a categoria de pessoa, “eu” e “tu”, porque sempre há alocação (instauração do “tu”) na enunciação. Daí também decorre a referência, própria à subjetividade, e correspondente sempre ao próprio ato enunciativo. Aliados à categoria de pessoa e a referência estão os índices de ostensão (*este, aqui*), os indivíduos lingüísticos, o paradigma das formas temporais e a temporalidade. Vejamos cada um deles com mais detalhes. O primeiro, de acordo com Benveniste, “são termos que implicam um gesto que designa o objeto ao mesmo tempo que é pronunciada a instância do termo”. São, ao nosso ver, elementos que reforçam a referência à instância de enunciação exatamente por marcarmos o “aqui” e “agora”. *Indivíduos lingüísticos* é um termo batizado por Benveniste de forma a diferenciá-los dos termos nominais, que remetem sempre a conceitos. Assim, estes indivíduos, como pronomes demonstrativos e pessoais, são formas que remetem a pessoas, momentos, lugares, e que “são engendrados de novo cada vez que uma enunciação é proferida, e cada vez eles designam algo novo.” (p. 85). Já o paradigma das formas temporais e a temporalidade podem ser tratados juntos. As primeiras se determinam em relação ao “eu”, e portanto, confirmam o tempo da enunciação, que é o presente. A temporalidade se desenrola daí. Benveniste nos revela que é na e pela enunciação que se instaura a categoria de presente, e a partir dela, a categoria de tempo. “O homem não dispõe de nenhum outro meio de viver o “agora” e de torná-lo atual senão realizando-o pela inserção do discurso no mundo.” (p. 85).

Sabemos que enunciação é o ato de colocar a língua em funcionamento. Surge então a questão: como se dá esse funcionamento? Benveniste nos diz que antes da enunciação, a língua não é senão possibilidade da língua. (p. 83) É pelo ato mesmo de apropriar-se da língua que esta passa à instância de discurso, e adquire características somente possíveis pela enunciação. É daí que decorre a idéia de aparelho. Conforme o autor, o conjunto de

coisas possíveis de se fazer a partir da língua que é mobilizada por um locutor que se instaura como sujeito ao dizer “eu” inclui o trazer à existência elementos como “Eu”, “tu”, “aqui”, “agora”, bem como a determinação das grandes funções sintáticas. Assim, a interrogação, a intimação, a asserção, os modos, a fraseologia, entre outros, são decorrentes da enunciação e só possíveis a partir dela. O aparelho formal da enunciação, portanto, é o dispositivo que permite que o sujeito, através da língua, aja no mundo.

Procuramos, a partir do enfoque palavra no enunciado, retomar conceitos apresentados na teoria de Benveniste no que diz respeito à forma e ao sentido e à enunciação. Não abordamos, até o momento, a questão do diálogo, apesar de ele estar sempre inerente à própria teoria. Propusemos-nos a tal recorte porque resguardamos uma seção apenas para tratar deste tópico. Vamos a ela.

4.4. Do diálogo

Até o presente momento, apresentamos diversos conceitos da teoria de Benveniste sem, contudo, entrar no âmbito do diálogo. Este enfoque foi preciso para que pudéssemos desenvolver uma construção teórica e a partir dela, expor duas outras noções caras à visão de Benveniste acerca do diálogo: a intersubjetividade e a co-referência.

Retomemos a noção de subjetividade: esta é instaurada na língua no momento em que *Eu*, a partir da apropriação de toda língua e através do aparelho formal de enunciação, se diz “eu”, e, portanto se constitui como sujeito. Lembremos também o que Benveniste já havia nos avisado em *A Estrutura Das Relações De Pessoa No Verbo* (1946/2005): sempre que *Eu* se diz “eu”, *Eu* se dirige a alguém, e portanto, instaura um “tu”. “Quando saio de “mim” para estabelecer uma relação viva com um ser, encontro ou proponho necessariamente um “tu” que é, fora de mim, a única “pessoa imaginável”” (op. cit. p. 255). Ainda de acordo com este trabalho, o autor define como características da pessoa subjetiva (“eu”) o fato de ser sempre interior ao enunciado e exterior e transcendente a “tu”. E complementa: “essas qualidades (...) se invertem em “tu”” (op. cit. p. 255).

Em *Da Subjetividade Na Linguagem* (1958/2005), Benveniste retoma as questões apresentadas acima para ir em busca do fundamento lingüístico da subjetividade. Não discorreremos sobre esse percurso porque já o abordamos acima. Entretanto, nos interessa retomar sua discussão sobre a noção de diálogo que decorre da sua visão acerca deste conceito. Assim, o autor nos explica que “eu” transcende e é exterior a “tu” e que este “tu”, ao se enunciar como “eu”, se propõe como sujeito e torna o que antes era “eu” em

“tu”. E nos alerta: pelo fato de “eu” sempre transcender a “tu”, essa relação não é marcada por igualdade ou simetria, mas é marcada por necessidade: não se pode conceber a idéia de um sem o outro. Porque, conforme Benveniste: “essa condição de diálogo é que é constitutiva da *pessoa*, pois implica em reciprocidade – que eu me torne *tu* na alocação daquele que por sua vez se designa por *eu*.” (2005: 286).

A complementação desta construção teórica aparece em *O Aparelho Formal Da Enunciação* (1970/1989). Aqui, o lingüista francês nos diz que o que caracteriza a enunciação é “a *acentuação da relação discursiva com o parceiro*”, e faz uma ressalva, “seja este real ou imaginado, individual ou coletivo” (p. 87). Ele denomina esta característica de quadro figurativo da enunciação, estrutura do diálogo. Assim, “eu” é a origem, “tu” o fim da enunciação.

Dessa forma, entendemos que a subjetividade, ao se configurar na e pela enunciação, revela a intersubjetividade, condição para o diálogo.

Ao lado da intersubjetividade, Benveniste nos apresenta a noção de co-referência como fundamental para a existência do diálogo. Retomemos, brevemente, sua noção de referência.

Em *A Natureza dos Pronomes* (1956/2005), Benveniste nos apresenta duas formas de referência: a objetiva e a subjetiva. Estas se diferenciam na medida em que a primeira remete à referência a uma noção constante e virtual que pode atualizar-se na e pela enunciação, “e que permanece sempre idêntica na representação que desperta” (p. 278); enquanto a segunda remete a instância de discurso instaurada pelo *Eu* que diz “eu”. Assim, a referência objetiva remete ao “ele”, à categoria de não-pessoa, ao que está ausente, e a referência subjetiva diz sobre a categoria de pessoa, sobre o “eu”, e conseqüentemente, tem como marcadores de sua espacialidade e temporalidade (o *aqui-agora*) signos vazios que só se tornam plenos na e pela enunciação. Quanto a essa última categoria, Benveniste nos informa, em *A Linguagem e a Experiência Humana* (1965/1989): “Aquele que diz “agora, hoje neste momento” localiza um acontecimento como simultâneo ao seu discurso; seu “hoje” pronunciado é necessário e suficiente para que o parceiro o ligue na mesma representação.” (op. cit. p. 78). Se *Eu* diz “agora” e institui referência subjetiva, e se o parceiro, a partir disso, a liga a mesma representação, então temos aqui o embrião do que, mais adiante, desvelaremos da leitura de Benveniste como a noção de co-referência.

Esta separação clara entre as duas noções de referência parece se desfazer no texto *O Aparelho Formal da Enunciação* (1970/1989). Na realidade, a idéia a que cada uma remete permanece a mesma, contudo, não faz mais

sentido diferenciá-las porque, deste momento em diante, Benveniste passa a falar de referência à enunciação. Conforme o lingüista:

O ato individual de apropriação da língua introduz aquele que fala em sua fala. Este é um dado constitutivo da enunciação. A presença do locutor em sua enunciação faz com que cada instância de discurso constitua um centro de referência interno. (BENVENISTE, 1970/2005, p. 84)

Tendo em vista a afirmação anterior e que “toda enunciação é, explícita ou implicitamente, uma alocação, ela postula um alocutário” (p. 84), concluímos que a referência à enunciação diz respeito também ao “tu”. Benveniste nos informa que a condição da enunciação é, para o locutor, a necessidade de referir pelo discurso, e para o outro, a possibilidade de co-referir identicamente (p. 84). Ora, se *tu* pode co-referir pela enunciação, isto implica em dizer que é comum, para *Eu* e *tu*, língua e instância de discurso. Como já foi anteriormente explicitado (cf 2.1.1), o uso da língua implica referência. Já a instância do discurso nos remete à significação da ordem do semântico, logo, à compreensão (cf. op. cit. 1969/1989). Se a compreensão é a percepção de nova significação a cada instância de enunciação na fala do outro então ela implica co-referência. “Tu”, ao compreender, explicita essa compreensão ao se dizer “eu” e enunciar, revertendo as posições “eu” - “tu”. Daí que entendemos que a co-referência não só garante o diálogo, mas também permite ao *tu* significar. Conforme Benveniste (op. cit 1965/1989): “Em última análise, é sempre ao ato de fala no processo de troca que remete a experiência humana inscrita na linguagem”. (p. 80)

Retomo as palavras de Lichtenberg (2001) para concluir essa seção:

O diálogo prevê, portanto, sujeitos, e não sujeito, um imbuído em *significar-se*, o outro em atribuir significação a este *significar-se*. *Eu* refere, *eu-tu* co-referem. A língua é a garantia de um mínimo comum (...); a existência de sujeitos que partilham a mesma situação de discurso, o *aqui-agora*, que inclui o *este*, garante a relação discursiva que se fundamenta em atribuição de significação e compreensão. (LICHTENBERG, 2001, p. 167/168)

5. METODOLOGIA

Falar sobre metodologia de análise no campo da teoria da enunciação de Benveniste é falar em propor uma metodologia própria ao estudo que se empreende, neste trabalho em particular, ao campo epistemológico que

advém do diálogo entre suas reflexões lingüísticas e o estudo do sintoma de linguagem. De acordo com Flores (2005), uma vez que “Benveniste não desenvolveu propriamente um modelo de análise da enunciação”, cabe ao pesquisador que mobilizou esta teoria o estabelecimento do recorte de análise, a fim de justificar as hipóteses que o levaram à investigação.

“Estudar a enunciação é dirigir o olhar para o fato de o locutor ter dito o que disse e não para o dito em si”. (FLORES, 2005: 110). Este é, pois, o princípio que rege nossa proposta de metodologia. Tendo em vista que estamos no âmbito da enunciação, o estudo dos enunciados não procura, como afirma Surreaux (2006), “*standartizar* falas “patológicas” (via análise do enunciado), mas justamente (...) poder perceber a irrupção do novo em cada ato enunciativo.” (p. 74). Este novo que irrompe, aqui entendido como uma singularidade da fala, é o que entendemos por marcas da enunciação, e, dentro do contexto deste trabalho, caracteriza o *sintoma*. Precisamos, agora, propor um modo de olhar para o *sintoma* a fim de descrever as marcas dessa irrupção do novo em cada ato enunciativo. Alguém poderia questionar: mas descrever as marcas não é padronizar (isto é, falar do repetível)? Dentro da perspectiva assumida, acreditamos que não. Se retomarmos os conceitos apresentados, temos que a enunciação pressupõe irrepetibilidade, pois cada instância enunciativa se constitui como um centro de referência própria, a partir da *conversão individual da língua em discurso* (BENVENISTE, 1970/1989: 83). Logo, a descrição das marcas que caracterizam essa organização singular não pode ser da ordem do repetível.

Contudo, analisar apenas os enunciados com fala sintomática se constituiria numa redução das possibilidades que a teoria da enunciação nos proporciona, além de ir de encontro ao que Benveniste preconiza: “o que em geral caracteriza a enunciação é a *acentuação da relação discursiva com o parceiro*” (1970/1989: 87). Dessa forma, devemos propor uma forma de análise que dê conta exatamente desse diálogo. E dizer diálogo é pensar em intersubjetividade e co-referência. Parece-nos que podemos partir daí para elaborar nossa proposta metodológica.

5.1. Por uma proposta sobre a forma de olhar os fatos

Traremos, adiante, casos de retardo de linguagem a fim de ilustrar o diálogo entre teoria da enunciação e estudo sobre o sintoma de linguagem. Uma vez que estes *fatos* são oriundos da clínica de linguagem, estamos diante de situações dialógicas. Assim, nosso intuito, através das análises, é

observar como esses diálogos²¹ se desenrolam.

Ao falarmos em diálogo dentro da perspectiva da teoria da enunciação de Benveniste, somos remetidos a pensar em intersubjetividade e co-referência (cf. 2.1.3). Se co-referir diz sobre a possibilidade de “tu” se dizer “eu” e enunciar, então intersubjetividade é condição para co-referência e a ela subjaz. Não nos interessa, neste momento, descrever as marcas que remetem à intersubjetividade; basta dizermos que estas estão incluídas no conceito de co-referência, nosso foco de estudo. Dessa forma, olharemos para os *fatos* a fim de analisar como se dá a construção de co-referência. Quere-mos investigar como os sujeitos presentes nesses recortes enunciativos garantem o diálogo através da possibilidade de co-referirem. Propomos, para especificar esse olhar, determinar duas condições sob as quais a co-referência é construída:

- a) Condição de equilíbrio. Isto quer dizer, nesse contexto, que estamos diante de um diálogo no qual há reconhecimento e compreensão²² por parte dos interlocutores.
- b) Condição de desequilíbrio. Esta é determinada pela quebra na relação reconhecimento/compreensão entre os interlocutores. Procuraremos observar, portanto, como se dá o posicionamento em relação à fala do outro a fim de buscar o entendimento²³. Apesar do desequilíbrio, ainda há diálogo²⁴.

Os diálogos nos quais investigaremos como se dá a construção de co-referência sob as condições acima citadas estão divididos em três grupos:

²¹ Cabe ressaltar a diferença entre as duas noções de diálogo aqui empregadas. Uma diz respeito à interlocução entre enunciação e o estudo sobre o sintoma de linguagem, e o que dela advém se configura no que queremos apresentar neste trabalho. A outra se refere às situações dialógicas oriundas da clínica de linguagem, ou seja, trata-se do objeto de análise deste capítulo.

²² Dizemos *reconhecimento e compreensão* conforme apresentados acima. Conforme Benveniste, a língua tem dois modos de significar: o nível semiótico diz sobre o signo e o nível semântico se refere ao sentido. O lingüista ainda indica que a validação destes níveis passa pelo critério de reconhecimento, para o primeiro, e de compreensão, para o segundo. Assim, a condição de equilíbrio é alcançada quando há tanto reconhecimento do signo como compreensão do sentido por parte dos interlocutores.

²³ Propomos o termo *entendimento* como o equilíbrio alcançado quando há tanto reconhecimento quanto compreensão por parte dos interlocutores. É interessante lembrar que o desentendimento, ou seja, a falta ou de reconhecimento do signo ou de compreensão de sentido, ou ambas, também é característico da fala ordinária, não sendo, portanto, passível de ser aplicado como critério para a caracterização da fala sintomática.

²⁴ Considerando a teoria enunciativa, dialogar é poder co-referir. Se há dificuldades de entendimento neste processo, isso parece dizer sobre alguma coisa que não é circunscrita pela construção da co-referência. Traremos discussões sobre esse tópico quando apresentarmos as análises.

- 1) diálogos entre terapeuta e paciente;
- 2) diálogos entre terapeuta, paciente e familiar;
- 3) diálogos entre familiar e paciente.

Temos, assim, uma proposta de análise que busca olhar para os *atos* de linguagem a partir de conceitos trazidos por Benveniste.

5.2. Sobre os fatos de linguagem

Ao longo de todo trabalho, utilizamos o termo *atos* de linguagem. Vejamos, então, a justificativa para tal emprego. Conforme Benveniste:

Quando estudamos com espírito científico um objeto como a linguagem, bem depressa se evidencia que todas as questões se propõem ao mesmo tempo a propósito de cada fato lingüístico, e que se propõem em primeiro lugar relativamente ao que se deve admitir como *fato*, isto é, aos critérios que o definem como tal. (BENVENISTE, 1964/2005, p. 127)

Pois bem, o que Benveniste denomina aqui de *fato*, dentro do contexto delimitado por este trabalho, remete a uma especificidade da linguagem: a fala sintomática. Tendo em vista que a) a fala sintomática é nosso objeto; b) os dados de fala sintomática são oriundos²⁵ de um lugar específico, a clínica de linguagem e c) “a realidade do objeto não [é] separável do método próprio para defini-lo” (Benveniste, op. cit: 127), decorre que a aceção de *atos* de linguagem diz respeito tanto à teoria da enunciação como à clínica.

Conforme Surreaux (2006), “atos de linguagem (são o) produto de recortes enunciativos realizados pelo clínico que, evidentemente, tem sua escuta direcionada por um ato interpretativo” (p. 155). A coleta de dados envolve um *aqui* e *agora* que determinam sua temporalidade e espacialidade, é, pois, enunciação. Daí que falamos em *atos*, e não em *dados*, porque os últimos, ao serem tomados como o “ele” no momento em que o terapeuta se diz “eu” e se constitui como sujeito, passam a fazer parte da enunciação desse sujeito, adquirindo significância e referência próprias a essa situação.

²⁵ Estes dados fazem parte do Banco de Dados do grupo de pesquisa *Linguística e o Sintoma de Linguagem: a instância da falha na fala*, ligado ao Programa de Pós-Graduação do Instituto de Letras da UFRGS.

Assim, *dados* se referem à não-enunciação, *atos* à enunciação. A utilização da expressão *atos de linguagem*²⁶, neste trabalho, portanto, se dá a fim de demonstrar que a teoria da Enunciação ora apresentada está presente já no momento mesmo da coleta.

6. ANÁLISES DOS FATOS DE LINGUAGEM

É importante, antes de iniciar as análises, especificar do que se trata a idéia de hipótese sobre o funcionamento. Surreaux (2006) em sua tese de doutorado intitulada *Linguagem, Sintoma e Clínica em Clínica de Linguagem*, busca a construção de uma concepção de linguagem própria à clínica. Ela relê os lingüistas Saussure, Jakobson e Benveniste para, a partir de deslocamentos teóricos, afirmar que, em clínica de linguagem, falar em linguagem é falar em hipótese sobre o funcionamento da linguagem. Assim:

Trata-se de algo singular, porque refere-se a uma forma ímpar da organização de um sistema heteróclito. Nessa perspectiva, a hipótese sobre o funcionamento da linguagem em clínica de linguagem é sempre única. (...) O que acontece é que a combinação singular que surge através da fala sintomática demanda uma concepção de linguagem que dê conta da falha, do heterogêneo e do inusitado. (SURREAUX, 2006, p. 81)

Ou seja, ao falarmos em hipótese sobre funcionamento de linguagem, falamos em clínica. Faz-se mister lembrar que nosso intuito não é o de fazer clínica (nem poderíamos). Cabe a nós analisarmos os *atos*, desde o lugar da lingüística, para então contribuímos para a elaboração de tal hipótese.

Retomemos nossa proposta de análise. Buscamos investigar, nos *atos* de retardo de linguagem, como se dá a construção da co-referência. Para tanto, determinamos que há condições para essa construção: equilíbrio e desequilíbrio. Delimitamos também os diálogos que serão estudados: entre terapeuta e paciente; entre terapeuta, paciente e familiar; entre familiar e paciente.

Iniciemos, portanto, com o primeiro grupo:

²⁶ As transcrições dos fatos de linguagem seguem normas desenvolvidas pelo grupo de pesquisa *Linguística e o Sintoma de Linguagem: a instância da falha na fala* a fim de dar conta dos pressupostos supra citados. Elas podem ser observadas em anexo.

6.1. Diálogo entre terapeuta e paciente

Apresentaremos a seguinte cena²⁷ a fim de verificar a construção da co-referência sob condição de equilíbrio.

Trata-se de um caso de retardo de linguagem de uma criança de 3 anos e 5 meses. Ela foi encaminhada para tratamento pela escola em função de ecolalia²⁸. A cena que apresentaremos a seguir tem como interlocutores F (terapeuta) e P (paciente).

Contexto enunciativo²⁹: brincando de comidinha

F:	P:
1) E aqui, o que é nesse prato?	2) Comida de batata
3) Ah que coisa boa! Uma comida com batata!	4) Bolu, bolu de socolati
5) Ah, outra coisa maravilhosa, bolo de chocolate! Eu estou sentindo o cheirinho! Uhm!	6) Uhm! Eu tô com muita fome
7) Eu também.	8) O P tem, tá com a fome
9) Tu está com a tua e eu estou com a minha fome, né?	10) O P vai botá bigedelo.
11) Vai ter brigadeiro nesse bolo? Como tu és um bom cozinheiro, P!	12) () u gafiu
13) Tem garfo de 3 cores: rosa, cinza e transparente.	

Fig. 1

Vejamos como se constrói a co-referência nesta cena enunciativa. Em

²⁷ Utilizamos o termo *cena* de acordo com Surreaux (2006): "os fatos de linguagem são apresentados em grandes unidades denominadas de "cena", isto é, uma situação clínica que é delineada a partir da tomada de dados ocorridos em uma sessão de *clínica de linguagem*, produzidos a partir de interpretação que proporciona um recorte". (p. 155)

²⁸ Também chamada de fala especular, a ecolalia se caracteriza pela repetição, por parte da criança, da fala do interlocutor.

²⁹ *Contexto enunciativo* é utilizado, neste trabalho, para especificar a situação em que a cena se desenrola.

(1), F faz uma pergunta à P utilizando dêiticos (e aqui/ nesse); ou seja, esse sujeito determina, através da utilização desses elementos linguísticos, a referência própria à instância do discurso. P, desde o lugar de "tu", entende a pergunta, percebe espacialidade dada pela referência, e, portanto, mobiliza a língua para se enunciar desde o lugar de "eu", (2) respondendo assim à F. F, por sua vez, em (3), demonstra entender P pois faz um comentário afirmativo sobre a fala dele (Ah que coisa boa!), e ao mesmo tempo em que recupera o assunto que se está falando (Uma comida com batata!), F retoma P, apresentando "comida com batata" como uma forma preferencial à "comida de batata". Contudo, P parece ignorar esse apontamento, e segue respondendo à (1). Ou seja, P co-refere, aqui, ainda em relação à fala de F em (1). F então se enuncia a partir do enunciado de P (5), isto é, o enunciado de P é base para F sintagmatizar (Ah, outra coisa maravilhosa, bolo de chocolate!). É interessante perceber que ao retomar o enunciado de P, F oferece uma outra possibilidade de viabilizar a forma "bolu di socolati". Assim, passa-se a "bolo de chocolate" (5). Uma vez que F compreendeu o sentido dessa frase, parece haver aqui uma tentativa de apresentar a forma como, na língua portuguesa, esse sentido é vinculado. F então faz um comentário (Eu estou sentindo o cheirinho! Uhm!), que é base para a fala de P em (6). Poder-se-ia tomar sua fala como ecolálica (Uhm! Eu tô com muita fome), mas propomos que olhemos para a repetição de "uhm" e "eu estou" como base para a enunciação de P. Isso porque, na realidade, em (5), "eu estou" faz parte de uma cadeia sintagmática que indica temporalidade, ou seja, "estou" é verbo auxiliar que, junto à "sentindo", indica que a ação se passa no momento da enunciação e tem duração (marcado pelo gerúndio). Já em (6), "tô" é um verbo de ligação, sua função é ligar o sujeito ao predicativo do sujeito. P sai de uma frase com predicado verbal para enunciar através de uma frase com predicado nominal. Além disso, P parte da forma enunciada por F (eu estou) para se enunciar utilizando a forma correspondente à variedade falada (eu tô). Essa afirmação de P é aceita por F em (7). Contudo, em (8), P diz "O P tem, tá com a fome". Parece que o fato de ter dito "eu" em (6) e depois ter escutado o "mesmo" "eu" em (7), fez com que ele precisasse deixar claro que ele, P, é quem estava com a fome. Ou seja, parece que P tem dificuldades em se colocar como sujeito de sua fala através do uso de "eu". "Eu", para P, não é um signo vazio que se plenifica na e pela enunciação, pelo contrário, "eu" parece referir sempre ao outro, talvez não possa ser ocupado por P e F ao mesmo tempo. F então co-refere a partir dessa afirmação de P, deixando claro, através do uso de "tu" (9), que compreende o desconforto causado pela escuta, por parte de P, de *Eu* se dizendo "eu". F pede a confirmação de P (né?), mas P ignora esse pedido, e retoma o "assunto" da conversa ao tomar seu lugar na língua novamente, dessa vez usando o "ele" – nome próprio – para se enunciar (10). Por fim, F

compreende que P parece estar marcando seu lugar como o de quem fala em sua fala e continua a conversa, utilizando “tu” para se dirigir a ele e reafirmando, assim, alteridade (11).

Diante desta análise, percebemos que a construção da co-referência se deu sob condição de equilíbrio; F e P se entendem. P parece conseguir interagir e co-referir frente a F, ao mesmo tempo em que consegue ser compreendido e entendido por ele. Contudo, parece que, no que tange à intersubjetividade, P só consegue ocupar o lugar de “eu” e co-referir ao se dizer “o P”. Parece que para ele, “eu” é um lugar que não pode ainda ser ocupado por *ego*; é só através do “ele” - nome próprio, que P se enxerga como o *eu* de sua fala.

6.2. Diálogo entre terapeuta, familiar e paciente

A cena que apresentaremos a seguir é composta por terapeuta (F), a mãe (M) e o paciente (P). Analisaremos a construção da co-referência sob condição de equilíbrio. A criança, de 2 anos, foi encaminhada para tratamento pelos pais por acharem que o menino não fala.

Contexto enunciativo: brincando de se esconder embaixo da cadeira

P:	M:	F:
	1) Caiu a cadeira? De que nós vamos brincar? Tu vai entrar na cadeira? Opa! O que tu está fazendo?	
2) Á.		
	3) O que tu está fazendo? Mas tu vai entrar e não cabe! Não cabe!	
	5) Não cabe!	4) (Risos)
		6) Tem que ir por cima que nem tu foi a outra vez, A.
	7) Assim não dá filho. Vai machucar a cabeça.	
		8) Não cabe o A. ((dirigindo-se à mãe)). Vamos fazer aqui, ó A. Vê se tu cabe agora
	9) Agora cabe.	
		10) Vai ali embaixo, vê se tu cabe.
11) Ah...		

	12) Assim, agora cabe.	
	13) Será que agora vai dar certo isso? Que difícil, né? Que cadeira pequena! Que cadeira pequena!	
		14) Vamos virar? ((cadeira se desequilibra e cai))
15) Ai		
	16) Ai (riso)	
		17) E agora?
18) Á, â, ã : ai		
		19) Ai!
20) Ai!		
		21) Caiu a cadeira, né? Ai! Que barulho que fez. Ai!

Fig. 2

Percebemos que M (1), dirige quatro perguntas à P. As duas primeiras são ignoradas na medida em que, pelas duas perguntas seguintes, percebemos que P está envolvido em outra atividade e não responde à mãe, dizendo apenas “ã” (2). M toma esse “ã” como sinal de que P ignorou seu aviso e a partir dele, co-refere, repetindo a pergunta e alertando o menino de que sua empreitada não pode ser levada adiante. Pela risada de F em (4) e a insistência de aviso de M em (5), percebemos que P segue tentando entrar na cadeira. F faz uma recomendação à P (6), que é acatada por M em (7). Ou seja, a construção de co-referência em (6) se deu pela enunciação de F a partir da atitude de P. Já em (7), M dirige-se à P, mas tem como base a atitude de P e o enunciado de F (6). F entende que M se remete tanto à F quanto à P e enuncia, dirigindo-se também à M e à P (8). Em (9), M acata a idéia proposta por F ao afirmar “agora cabe”, ao mesmo tempo em que se dirige ao filho, como que dizendo: “agora pode ir”. No entanto, P não responde, nem com palavras, nem com atitude, o que leva F a reforçar a idéia apresentada por M em (9). Assim, F co-refere a partir do enunciado de M e da (não)atitude de P. Depois de M e F terem indicado que a partir daquele momento seria possível entrar na cadeira, P diz “ah...”. Ou seja, sua co-referência é construída por meio do entendimento de que sua vontade pode ser feita neste momento. M, em (12), exprime consentimento. Contudo, em (13), já questiona a possibilidade dessa brincadeira; ao dizer que acha a cadeira pequena, podemos pensar que M está dando a entender que é melhor não brincar mais disso. F, em (14) propõe à P que virem a cadeira, o que pode ser compreendido como: “pare de brincar com a cadeira”. Ou

seja, F acata a opinião de M, e co-refere a partir disso. Como nos informa a linha de comentário, eles então viram a cadeira, que se desequilibra e cai, o que leva P a dizer “ai”. P se enuncia através de uma interjeição, o que lhe garante co-referência com a instância de discurso que foi produzida. M então repete o enunciado de P e ri, também co-referindo a esse mesmo instante. Tomando o “ai” de P em (15) e o contexto (a cadeira caída), F co-refere, remetendo-se à P em (17). P entende que a pergunta é para ele e responde “ã, ã, ã”, o que nos leva a pensar que ele estava pensando numa possível resposta, tentando mobilizar signos para atualizá-los em língua, e, como não foi possível agenciá-los, utiliza o que lhe é possível: a interjeição “ai” (18), que nos parece remeter ao fato de a cadeira estar no chão. F repete o enunciado “ai” (19), demonstrando que entende o que P quer dizer. Ou seja, F co-refere tomando o enunciado de P para se enunciar. P entende a repetição de seu enunciado como uma forma de alocução: F, ao dizer “ai” e demonstrar que entende P, dá espaço, convoca “tu” para falar mais sobre isso. P, então, mais uma vez diz “ai” (20), e, F (21) fixa sentido para os “ais” de P, enunciando o que esperava que ele tivesse dito.

Nossas análises acerca dessa passagem nos mostram que, apesar da dificuldade em agenciar signos e atualizá-los em palavras, P entende seus interlocutores e consegue co-referir a partir do que lhe é disponível: nessa cena, interjeições e vocalizações. É isso que caracteriza a construção da co-referência sob condição de equilíbrio. Desconsiderando as duas perguntas iniciais de M para P (1), em que P ignora o que M fala, e que não nos parece um não entendimento da pergunta, mas sim um “mãe, já estou brincando”, o único momento em que P foi questionado diretamente foi em (17). Daí que P sentiu-se convocado a participar da conversa, a enunciar. E neste momento, hesitou (18) enquanto procurava uma forma para se expressar, até que finalmente recorreu ao que já lhe estava disponível: a interjeição. Sem generalizar, parece-nos que, para P, as dificuldades de significação dizem respeito ao nível semiótico, à mobilização de signos.

7. CONCLUSÕES

Diante das análises apresentadas, percebemos que a fala sintomática, no que tange a teoria da enunciação, se constitui como um corpus de investigação que tem suas especificidades. Diferentemente dos recortes enunciativos normalmente utilizados para o estudo à luz da teoria da enunciação (basicamente textos escritos, independentemente do gênero), identificamos aí uma primeira característica fundamental para singularizá-la: o fato de ser um corpus que advém da fala. Ora, mas para podermos

proceder com as análises, precisamos “ver” estas falas. É necessário, então, transcrevê-las. Isto, contudo, cabe ao terapeuta. Desde o lugar da lingüística, podemos apenas olhar para os dados e confiar que eles se aproximam, guardando as restrições inerentes ao fato mesmo de transpor uma fala para o papel, ao máximo, àquela cena enunciativa. É, então, através das linhas de comentário e delimitação do contexto enunciativo que podemos tentar retomar a cena. Isso, a meu ver, se constitui como um segundo aspecto fundamental no que diz respeito à análise enunciativa de dados de fala sintomática: o detalhamento da situação de diálogo, com especificação de gestos e atitudes.

Isso já nos aponta para uma das questões que advém do diálogo entre enunciação e o estudo sobre o sintoma de linguagem: a transcrição. No que diz respeito à clínica, é preciso encontrar uma forma de escrita que dê conta de detalhes da cena a ponto de ser possível, para um lingüista, analisar os fatos de modo independente. Esse assunto pode ser bastante desenvolvido, e suscita questionamentos aos terapeutas em relação ao ato mesmo de escutar e escrever. Quanto à lingüística, a transcrição de falas sintomáticas exige uma forma de escrita que lhe seja própria. Não é possível simplesmente “pegar emprestado” conceitos utilizados em determinada área lingüística a fim de dar conta desse tipo de corpus. Isso se constituiria em mera aplicação de métodos, e, conforme Benveniste: “o valor de um signo se define somente no sistema que o integra. Não há signo trans-sistemático” (1969/1989: 54). Isso nos leva a pensar que, do diálogo entre enunciação e o estudo sobre o sintoma de linguagem, surge um novo campo epistemológico, e que os “signos” que antes eram particulares a cada um dos “sistemas”, agora devem ser deslocados e ganhar significação a partir desse novo sistema que integram. Ficar no nível do empréstimo é cair no erro da trans-sistematização. Devemos pensar sobre isso.

A transcrição é base para um segundo questionamento referente ao diálogo que nos propusemos neste trabalho: a análise lingüística. Ora, uma análise enunciativa *stricto sensu* implica uma base textual na qual podemos investigar quais são as marcas da enunciação tendo em vista a vasta gama de conceitos que essa teoria nos proporciona. Contudo, como já informamos acima, não se trata, aqui, de fazer uma aplicação de metodologia. Mesmo porque, sairíamos frustrados de tal empreitada, já que, ao menos nos casos que apresentamos neste trabalho, grande parte do texto base é formada por transcrições de sons, frases curtas e linha de comentário sobre gestos e atitudes dos interlocutores. Devemos ter em mente que a transcrição da fala sintomática é um dos aspectos que especificam esse campo peculiar de estudos, e conseqüentemente, o texto que dela decorre requer uma análise lingüística que leve em consideração essa especificidade. Assim, no

presente trabalho, trouxemos a questão da co-referência como categoria de análise. Procuramos investigar como ela é construída sob duas condições: de equilíbrio e desequilíbrio. Uma vez que nossa base textual, muitas vezes, é mínima, temos que levar em consideração todo o contexto em que o diálogo se insere. Verificamos, através do estudo das cenas enunciativas, que coisas externas à linguagem também se configuram como possibilidades para os interlocutores nos diálogos se propor como sujeitos de sua fala, tomar o lugar do “tu”, construir co-referência. Levar em consideração aspectos não-lingüísticos numa análise lingüística configura-se numa especificidade imposta pelo campo que advém do diálogo entre enunciação e estudo sobre o sintoma de linguagem.

As análises dos fatos de linguagem sob a perspectiva proposta neste trabalho retornam à clínica de linguagem no que diz respeito à elaboração de uma hipótese sobre o funcionamento da linguagem do sujeito com fala sintomática. A contribuição viria através do entendimento de que as análises apontam certas características de funcionamento da linguagem para cada caso. Isso posto, poder-se-ia elaborar, juntamente com outros embasamentos teóricos, uma hipótese sobre funcionamento da linguagem para cada sujeito, o que particularizaria as instâncias diagnósticas, avaliativas e de tratamento, pois implicaria em levar em consideração que cada sujeito tem sua própria maneira de estar na língua.

As análises retornam também ao estudo da linguagem. Se pensarmos nos níveis de significância da língua, o semiótico e o semântico, e lembrarmos que eles nos dizem sobre questões de forma e sentido, estudar a fala sintomática, que se apresentou, neste trabalho em particular, como marcada por problemas no que tange o nível semiótico, nos possibilitaria repensar sobre o funcionamento da linguagem de forma geral. Porque se a fala sintomática é uma das manifestações da língua, então ela só funciona desta maneira porque a língua comporta esse funcionamento.

Parece-nos, por fim, que o diálogo entre enunciação e o estudo sobre o sintoma de linguagem suscita um campo epistemológico que requer um olhar que lhe seja próprio. Questões acerca do normal/patológico, da circunscrição do objeto, da fala/escrita, da forma/sentido são algumas das muitas dúvidas que relevam desse diálogo e que ainda estão por ser tratadas. Se este novo campo do saber, por dizer respeito à clínica de linguagem e a teoria da enunciação, envolve não apenas estrutura e funcionamento da linguagem, mas também a instância do discurso, podemos pensar que estamos indo na direção do que Benveniste (op. cit.) propõe como uma semiologia de “segunda geração”, “cujos instrumentos e o método poderão também concorrer para o desenvolvimento das outras ramificações da semiologia geral” (p. 67). Ele nos diz:

É necessário ultrapassar a noção saussuriana do signo como princípio único, do qual dependeria simultaneamente a estrutura e o funcionamento da língua. Esta ultrapassagem far-se-á por duas vias: na análise intralingüística (...); na análise translingüística dos textos, das obras, pela elaboração de uma metasssemântica que se construirá sobre a semântica da enunciação. (BENVENISTE, 1969/1989, p. 67)

Tomando a segunda via proposta, parece que isto é o que caracteriza o campo epistemológico que advém da interlocução entre enunciação e o estudo sobre o sintoma de linguagem. Pensemos sobre isso.

ANEXOS

CONVENÇÕES DE TRANSCRIÇÃO

- (.) um ponto entre parênteses indica que há uma pausa curta intra ou interturnos.
- (...) três pontos entre parênteses indicam que há uma pausa longa intra ou interturnos.
- (()) parênteses duplos indicam comentários do transcritor sobre o contexto enunciativo restrito.

BIBLIOGRAFIA

- ARANTES, L. *Diagnóstico e Clínica de Linguagem*. Tese de Doutorado. São Paulo: LAEL/PUCSP, 2001.
- _____. O fonoaudiólogo, este aprendiz de feiticeiro. In: LIER-DE VITTO, Maria Francisca. (org.) *Fonoaudiologia: no sentido da linguagem*. São Paulo: Cortez, 1997.
- BENVENISTE, Émile. *Problemas De Lingüística Geral I*. Campinas: Pontes, 2005.
- _____. *Problemas de Lingüística Geral II*. Campinas: Pontes, 1989.
- FLORES, Valdir do Nascimento. *Estudos da Linguagem e Psicanálise: das* (im) possibilidades se elas existem. (mimeo)

- _____. *Benveniste e o sintoma de linguagem: a enunciação do homem na língua*. (no prelo)
- _____. *Linguística e o sintoma na linguagem: A instância da falha na fala*. Projeto de pesquisa enviado à COMPESQ. Porto Alegre, 2003.
- FLORES, Valdir do Nascimento; SURREAUX, Luiza Milano; KUHN, Tanara Zingano. Enunciação e sintoma de linguagem: um estudo sobre as relações metafóricas e metonímicas. In: *Calidoscópio*. Vol. 03, nº 2, p. 110-117, mai/ago, 2005.
- FLORES, Valdir do Nascimento; TEIXEIRA, Marlene. *Introdução à Linguística da Enunciação*. São Paulo. Contexto, 2005.
- FREIRE, Regina Maria. *A linguagem como processo terapêutico*. São Paulo: Plexus: 1994
- JAKOBSON, Roman. *Linguística e comunicação*. São Paulo: Cultrix, 1969.
- _____. A Afasia como um problema linguístico. Tradução para o português de Gilda Maria C. de Azevedo. In: LEMLE, Miriam; LEITE, Yone. *Novas Perspectivas Linguísticas*. Petrópolis: Vozes, 1970.
- _____. *Child language, aphasia and phonological universals*. Tradução para o inglês de A. Keiler. The Hague-Paris: Mouton, 1968. 2ª ed. 1971.
- LICHTENBERG, Sônia. Usos de *todo*: uma abordagem enunciativa. In: *Letras de Hoje*, v.36, nº4, p.147-182, dezembro, 2001.
- LIER-DE VITTO, Maria Francisca. Patologias da Linguagem: subversão posta em ato. In: LEITE, N. *Corpolinguagem: gestos e afetos*. Campinas, Mercado de Letras, 2003.
- _____. Sobre o sintoma-déficit de linguagem, efeito da fala do outro, ou ainda...? In: *Letras de Hoje*, v.36, nº3, p. 245-251, 2001.
- _____. Novas contribuições da linguística para a fonoaudiologia. In: *Distúrbios da Comunicação*. Vol. 7, nº 2, p.163-71, 1995.
- LIER-DE VITTO, Maria Francisca; FONSECA, Suzana. *Linguística, aquisição de linguagem e patologia: relações possíveis e restrições obrigatórias*. (mimeo b)
- SURREAUX, Luiza Milano. Benveniste, um linguísta que interessa à clínica de linguagem. In: *Letras de Hoje*, v.39, nº 4, p. 79-87, dezembro, 2004.
- _____. *Linguagem, Sintoma e Clínica em Clínica de Linguagem*. Tese de doutorado. Porto Alegre: IL/UFRGS, 2006.
- _____. *O discurso fonoaudiológico: uma reflexão sobre sujeito, sentido e silêncio*. Dissertação de mestrado. Porto Alegre: IL/UFRGS, 2000.
- TUBERO, Ana Lúcia. A história do alfaiate: processo terapêutico de um afásico. In: PASSOS, Maria Consuelo. (org.) *Fonoaudiologia: recriando seus sentidos*. São Paulo: Plexus, 1996.